

TERMO REFERENCIA 007/2021
CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA WEB
SITE E MANUTENÇÃO HOSPEDAGEM WEBSITE E-MAIL

1. SOLICITANTE

1.1 Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região – CRESS 20ª MT.

2. OBJETO:

2.2 O presente Termo de Referência visa à contratação de **empresa especializada em Desenvolvimento de sistema Web Site e Manutenção Hospedagem Website E-mail**, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a referida contratação pela necessidade de intensificar/aprimorar a execução da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, importante instrumento político de fortalecimento e potencialização da produção e socialização de informação do CRESS e do CFESS e destes com a categoria e a sociedade, na direção de reafirmar o projeto ético-político profissional.

Bem como, a necessidade de cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), que regula o acesso a informações, e que orienta os CRESS a adotar, no âmbito das respectivas administrações, o serviço de informação à população referente ao recebimento e à destinação dos recursos por elas recebidos.

Por fim, pelo encerramento do contrato anterior com vencimento em 22 de outubro de 2020.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Contrato de empresa especializada em SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA WEBSITE E MANUTENÇÃO USANDO O DOMÍNIO: CRESS (www.cressmt.org.br), com as seguintes especificações abaixo:

- O serviço deverá contemplar a hospedagem do website, e-mail em um servidor.
- O sistema deverá conter um painel de gestão de conteúdo intuitivo e de fácil utilização;

- O painel de gestão deverá ter um controle de acesso restrito;
- O sistema Web deve possuir certificado de segurança SSL, com todas as informações trocadas dentro da página criptografadas, validando o protocolo HTTPS e gerando muito mais segurança e privacidade para os usuários;

- Deverá ser criado um layout exclusivo para o Conselho Regional Serviço Social 20ª Região- CRESS/MT;

O serviço deverá contemplar a manutenção, suporte, hospedagem de e-mail oficiais;

- Todos os layouts criados devem ser responsivos, possibilitando a abertura em qualquer dispositivo ou tela de maneira que não fique desconfigurados ou que quebre o estilo do site;

- O sistema deve conter páginas com: legislações, secretaria, história, telefones úteis, fale com conselho, ações e programas, galeria de fotos, notícias em destaque, eventos realizados, portal de empregos;

- Deve possibilitar a publicação de agenda de eventos, com o direcionamento ao google agenda, postagem de links externos, vídeos, banner rotativo;

- Deve possuir elementos que possibilitam a acessibilidade (como por exemplo o aumento das letras e/ou alteração das fontes),

- Deve possuir o e-sic- sistema de acesso à informação, com geração de números de protocolo, portal de serviços, ouvidoria com geração de protocolo, busca por categoria ou palavra-chave.

- Deve possibilitar a publicação dos editais de licitação, concursos, anexos e resultados organizados por ano e com recurso de pesquisa.

- Sistema de Informação ao Cidadão onde o sistema deverá possibilitar a realização das informações através do jornal, resoluções, portarias e orientações técnicas.

- O sistema deverá também permitir que os profissionais cadastrados previamente acessem uma área restrita onde ele poderá fazer preenchimento de formulários, façam downloads e upload de formulários, atualização de dados pessoais (Integrado ao sistema Implanta), consultar protocolos e processos, bem como seus históricos de pagamentos.
- Geração do boleto para pagamento da inscrição anual do CRESS-MT.
- Possibilitar o pagamento através de cartão de crédito, à vista ou parcelado através da integração com o sistema “Implanta.”
- Comissões Regimentais.
- O sistema deve possibilitar o cadastro, alteração e a inscrição de usuários em eventos e a emissão de certificados de participação em lives, palestras e cursos.
- O sistema deve possibilitar a alimentação do portal transparência Lei de Acesso à Informação deverá ser publicada; e a integração com os sistemas da CONTRATANTE, como, por exemplo, o portal da transparência, ferramenta de acessibilidade e o SiscafWeb;
- Fiscalização o profissional possa fazer denuncia a fiscalização, desagravo publico, fiscalização responde e dicas fiscalização.
- Garantir que o design dos sites seja responsivo, isto é, esteja de acordo com o dispositivo a partir do qual o usuário acessa (smartphones, computadores, tablets e outros dispositivos que acessam a internet);
- No site deve conter os links para o blog e perfis nas redes sociais a qual o conselho utiliza.

5. DO VALOR

5.1 O valor a ser pago pelos serviços **desenvolvimento Sistema Web Site** será de no máximo R\$ 16.153,00 (dezesseis mil cento e cinquenta e três reais), tendo como parâmetro a média dos orçamentos obtidos na pesquisa de mercado realizada e comprovada nos autos do processo licitatório.

5.2 Valor Médio global referente a manutenção hospedagem Web Site R\$ 9.638,22 (nove mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos).

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da contratação do serviço pretendido estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRESS/MT nas seguintes rubricas:

6.2.2.1.1.01.04.04.037 Serviço de Internet.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) O prazo de execução é de **90 (noventa) dias** para início da execução dos serviços será a contar da assinatura do contrato ou da data conveniente para o CRESS, a ser informada ao Contratante;

b) Para a boa execução dos serviços os dias e horários para atendimento serão definidos pelo Contratante e será avisado com antecedência a Contratada.

c) A Contratada deverá disponibilizar atendimento remoto, sempre que for necessário.

8 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A contratada se obriga a:

a) Executar fielmente o objeto do presente contrato, de acordo com as condições avençadas e as normas previstas pela Lei 8.666/93 e suas alterações, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

b) Prestar os serviços com eficiência, responsabilidade e competência técnico-profissional, nos prazos previstos e acordados em reunião com a assessoria de comunicação;

c) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente;

d) Ressarcir eventuais prejuízos causados inclusive a terceiros, provocados por ineficiência, imperícia, negligência, imprudência, dolo ou irregularidades cometidas por empregados, prepostos e outros na execução dos serviços, objeto do presente;

e) Responder por qualquer acidente de que venham ser vítimas os seus empregados ou profissionais, ou por eles causados ou a terceiros, no horário da prestação de serviços;

f) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou

em parte, o objeto do presente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

- g)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do presente instrumento;
- h)** Obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- i)** Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/1993;
- j)** A CONTRATADA é obrigada a capacitar e esclarecer quaisquer dúvidas que forem encaminhadas pela CONTRATANTE relacionadas aos serviços objeto desse contrato, sem qualquer cobrança adicional;
- k)** Fornecer treinamento introdutório via internet em carga horária adequada ao bom desenvolvimento dos trabalhos, caso seja demandado;
- l)** A CONTRATADA também é obrigada a realizar backups diários do site, hotsites projetos que englobam a CONTRATANTE;
- m)** A CONTRATADA deverá implementar o novo tema em até 90 dias após a assinatura deste contrato;
- n)** O novo tema deverá atender a todas as exigências que serão estabelecidas pela CONTRATANTE, com base layout ou texto que será documentado em relatório próprio e entregue à CONTRATADA para implantação;

Toda e qualquer alteração nas configurações do site (aplicação de novos códigos, exclusão de códigos, atualização de versões do wordpress, plugins, templates etc.), devem ser precedidos de uma requisição de mudança com as informações mínimas de: objetivo da mudança, impactos e rotina de rollback, em caso de falha, bem como a autorização do responsável pela área de comunicação do Conselho a que se aplicam as mudanças; As alterações das configurações deverão sempre ocorrer em horários pré determinados pela CONTRATANTE preferencialmente entre **20h00 e 06h00 Compete à empresa Contratada:**

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante se obriga a:

- a)** Responsabilizar-se pela comunicação tempestiva das questões relativas à ordem de serviço;
- b)** Pagar à contratada, mediante a apresentação da nota fiscal, até 15 (quinze) dias

após a prestação de serviços, por meio de boleto bancário/fatura enviado para o endereço da contratante.

c) Indicar representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MT) para fiscalizar a execução dos serviços contratados, acompanhando, fornecendo informações, revisões e aprovação dos serviços prestados pela CONTRATADA;

A título de fiscalizar o contrato, a CONTRATANTE comunicar-se-á com a CONTRATADA por escrito, seja por meio físico ou eletrônico.

9 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

a) A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por empregado público especialmente designado pela Diretoria do CRESS/MT.

b) O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

c) A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato e não aprovado pelo fiscal, devidamente justificado.

10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado, mensalmente, até o **décimo dia útil** subsequente à data da execução dos serviços.

b) O pagamento será efetivado, preferencialmente, através de boleto bancário, após a verificação da correta prestação dos serviços pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA forneça a respectiva nota fiscal/fatura eletrônica indicando os bens/serviços devidamente discriminados.

c) A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias ou conforme for conveniente à Contratante;

d) Sobre os pagamentos efetuados, serão retidos na fonte pelo Contratante o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, ISS (Imposto sobre Serviços) e outros tributos quando impostos por lei.

e) No caso da empresa contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012.

f) A Contratante reserva-se o direito de solicitar relatório ou outro documento legal, para comprovações de regularidade fiscal. Sendo constatado a Contratante providenciará medidas legais cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

11 VIGÊNCIA DO CONTRATO, REAJUSTE E RESCISÃO

11.2 A vigência do contrato a ser firmado com a empresa prestadora de serviços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis, mediante justificativa e comprovada vantajosidade para Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região – Mato Grosso, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

11.3 Em caso de prorrogação do contrato, o mesmo manterá o mesmo objeto da presente licitação e o valor previsto para esta contratação, o qual mediante justificativa, poderá ser reajustado de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde: R = valor do reajuste procurado;

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

11.4 A periodicidade do reajustamento não será menor do que 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato;

11.5 A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

11.6 A qualquer tempo o Contrato poderá ser rescindido pelas partes, mediante justificativa e comunicado, no prazo de 30 (trinta) dias antes da rescisão.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) A licitante que, convocada para assinar o contrato, se recusar ao cumprimento desse procedimento no prazo sinalizado, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

b) Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em
- Ensejar o retardamento da entrega do objeto;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal.

c) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada/Fornecedora as seguintes sanções:

- Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o CRESS-MT;
- Multa moratória;
- Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
- Suspensão de licitar e contratar com o CRESS/MT pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) As sanções previstas nos subitens deste, poderão ser aplicadas à Contratada/Fornecedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

e) Também estará sujeita à penalidade a empresa que se enquadrar em um dos casos previstos no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

f) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- g)** Na hipótese da contratada não iniciar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- h)** O contratante a partir do 10º (décimo) dia de atraso, poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a não cumulatividade da cobrança.
- i)** Em caso de recusa da prestação do serviço contratado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- j)** Entende-se configurada a recusa as hipóteses em que a contratada não apresentar situação regular conforme exigências contidas no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.
- k)** Caso a contratada não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Termo de Referência e no contrato, aplicar-se-á multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- l)** A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.
- m)** As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.
- n)** O CRESS-MT poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.
- o)** A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

14 SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 Não será admitida subcontratação do objeto.

15 CONDIÇÕES GERAIS

15.1 Devido ao cenário da pandemia provocado pelo Covid-19, infecção causada pelo novo corona vírus, qualquer prazo poderá ser, previamente, atualizado, modificado, adequado em comum acordo com as partes Contratantes ou o que melhor for conveniente para o CRESS.

15.2 A Contratada deverá disponibilizar atendimento remoto, sempre que for necessário.

Cuiabá, 01 julho de 2021.

Alessandra de Moura
Coordenadora Licitação e Contrato